

Maílson anuncia acordo com credores

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, anunciou que o Brasil concluiu "o melhor acordo de renegociação da dívida externa já feito por um país do Terceiro Mundo". Depois de fechar os últimos pontos em discussão, ontem, em Nova Iorque, os negociadores brasileiros — o diplomata Sérgio Amaral, secretário de Assuntos Internacionais da Fazenda, e Antônio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central para assuntos da dívida externa — retornam hoje ao Brasil.

Maílson não quis dar detalhes do acordo — pela praxe, disse, eles só serão conhecidos na divulgação de um comunicado conjunto, que será feito simultaneamente em Brasília e Nova Iorque, "o mais cedo possível". Mas alinhou as principais vantagens obtidas pelo Brasil, que caracterizam o acordo como o "melhor já obtido":

— A dívida será reescalonada pelo prazo de vinte anos, quando o melhor prazo já conseguido era de 19 anos e meio.

— O prazo de carência será de oito anos, superior ao máximo de sete anos já concedido pelos banqueiros.

— O *spread* (taxa de risco sobre a taxa básica de juros) é o melhor do mercado: 0,8125%. Esse *spread* foi obtido antes pelo México, Argentina, Chile e Equador.

— O acordo prevê o refinanciamento de US\$ 5,2 bilhões em juros. Esse dinheiro, que o ministro chama de dinheiro novo, não servirá a novos investimentos no país, mas apenas para

pagar juros já vencidos. O dinheiro novo terá prazos específicos de pagamento: 12 anos, com cinco de carência.

Assim que for divulgado o comunicado conjunto, informou Maílson, o Brasil fará o pagamento dos juros de março, num valor US\$ 300 a 400 milhões. O ministro anunciou ainda "novidades em relação a aspectos não convencionais e conceituais do acordo", mas recusou-se a detalhar essas novidades.

— Será preciso um empréstimo-ponte para pagar as demais parcelas de juros vencidos e os US\$ 3 bilhões do acordo interino do ano passado? — quis saber um repórter.

— Vocês saberão oportunamente, respondeu o ministro.

— Como fica a situação do ano que vem? Vão entrar apenas os US\$ 600 milhões da parcela de juros refinanciados?

— Vocês terão novidades aí, esquivou-se Maílson.

— E a questão do arresto (penhora de bens brasileiros, no caso de nova moratória)?

— Foi resolvida de forma satisfatória ao Brasil. As reservas brasileiras estão protegidas — disse o ministro.

A discussão de pontos que interessam apenas aos bancos, principalmente a participação percentual de cada um nos US\$ 5,2 bilhões refinanciados, impediу a divulgação do comunicado de imprensa ontem. "Vamos deixar que eles decidam entre si e aí faremos o comunicado", concluiu Maílson.